



MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

ASAE/GNR/PSP

Nº Auto _____

AUTO DE CONTRAORDENAÇÃO

A R G U I D O	NOME/FIRMA _____
	NIF: Nº _____ PESSOA SINGULAR <input type="checkbox"/> PESSOA COLETIVA <input type="checkbox"/>
	MORADA _____
	CÓDIGO POSTAL _____ LOCALIDADE _____
	TIPO DE DOC. IDENTIFICAÇÃO _____ Nº _____ DATA DE NAS. ____/____/____

I N F R A C Ç Ã O	LOCAL _____ DATA ____/____/____ HORA _____
	DESCRIÇÃO SUMÁRIA _____

NORMA INFRINGIDA: alínea _____ artigo _____ Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho, na sua redação atual.	
PUNIDO PELO: número _____ artigo _____ Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho, na sua redação atual	
INFRAÇÃO PRESENCIADA PELO AUTUANTE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	

S A N C Ç Ã O	MONTANTE DA COIMA
	Artigo 2.º Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho, na sua redação atual:
	<input type="checkbox"/> 100 € a 500 € no caso de pessoas singulares
	<input type="checkbox"/> 1000 € a 10 000 € no caso de pessoas coletivas
	<input type="checkbox"/> NEGLIGÊNCIA – MONTANTES REDUZIDOS EM 50%
<input type="checkbox"/> ESTADO DE EMERGÊNCIA – OS VALORES MÍNIMOS E MÁXIMOS SÃO ELEVADOS PARA O DOBRO	

O Autuante	Recebi a notificação por meio de duplicado deste auto (frente e verso)
Testemunhas	em <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
	_____ O arguido

LIQUIDADO NESTA DATA - FORMA DE PAGAMENTO: _____	CERTIFICA-SE QUE O NOTIFICANDO SE RECUSOU A RECEBER/ASSINAR A NOTIFICAÇÃO
(O Autuante)	em <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> O Autuante
	_____ Testemunhas

TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

Pela presente fica notificado que:

É acusado da prática dos factos que constam da descrição sumária os quais constituem contraordenação prevista e sancionada nos termos das normas legais indicadas.

O QUE FAZER:

1. Pode efetuar o depósito voluntário da coima pelo mínimo:

1.1 - No caso de notificação presencial, deve prestar depósito no valor igual ao montante mínimo da coima de imediato, ou no prazo máximo das quarenta e oito horas seguintes a contar da data da presente notificação.

1.2 - No caso de notificação postal, deve prestar depósito no valor igual ao montante mínimo da coima no prazo máximo das quarenta e oito horas seguintes a contar da data da presente notificação.

1.3 - Os depósitos referidos no n.º 1.1 e n.º 1.2 destinam-se a garantir o pagamento da coima em que o infrator possa vir a ser condenado.

1.4 - O não pagamento voluntário da coima ou a falta de realização do depósito implica o pagamento das custas que sejam devidas e a majoração da culpa do agente.

1.5 - Em qualquer altura do processo, mas sempre antes da decisão, pode ainda o arguido optar pelo pagamento voluntário da coima, a qual, neste caso, é liquidada pelo mínimo, sem prejuízo das custas que forem devidas.

1.6 - Se não apresentar defesa e efetuar o pagamento voluntário pelo mínimo da coima, o processo é arquivado.

2. Apresentar defesa ou requerimento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a data da presente notificação:

A defesa ou o requerimento têm de ser escritos em língua portuguesa, assinados e com indicação do número do auto de contraordenação.

A defesa ou qualquer requerimento deve ser enviado à entidade fiscalizadora competente do local da infração.

2.1 - A defesa deve conter a exposição dos factos, fundamentação e pedido, indicando os meios de prova e, querendo, testemunhas até ao limite de três, assinalando expressamente os factos sobre os quais incide a prova, sob pena de indeferimento das provas apresentadas.

2.2 - Pode ser apresentado requerimento para pedir o pagamento da coima em prestações desde que o valor mínimo da coima aplicável seja igual ou superior a 2 UC, que pode ser dividido, no máximo, em 12 prestações mensais no valor igual ou superior a 50€.